Artigo 89 Código Penal Comentado: Entendendo a Suspensão da Declaração de Extinção da Pena em Casos de Livramento Condicional

escrito por Dr. Ademilson Carvalho | 14/11/2024



O Artigo 89 do Código Penal brasileiro aborda um aspecto crucial da execução penal: **o juiz não pode declarar extinta a pena enquanto não houver uma sentença final sobre um novo crime cometido durante o livramento condicional**. Este mecanismo jurídico protege a sociedade, garantindo que indivíduos em liberdade condicional não se beneficiem indevidamente até que suas ações sejam completamente avaliadas pelo sistema judiciário. A importância desse artigo reside em sua função de regular a conduta de liberados condicionais, assegurando que não representem risco adicional enquanto se espera o trânsito em julgado da sentença.

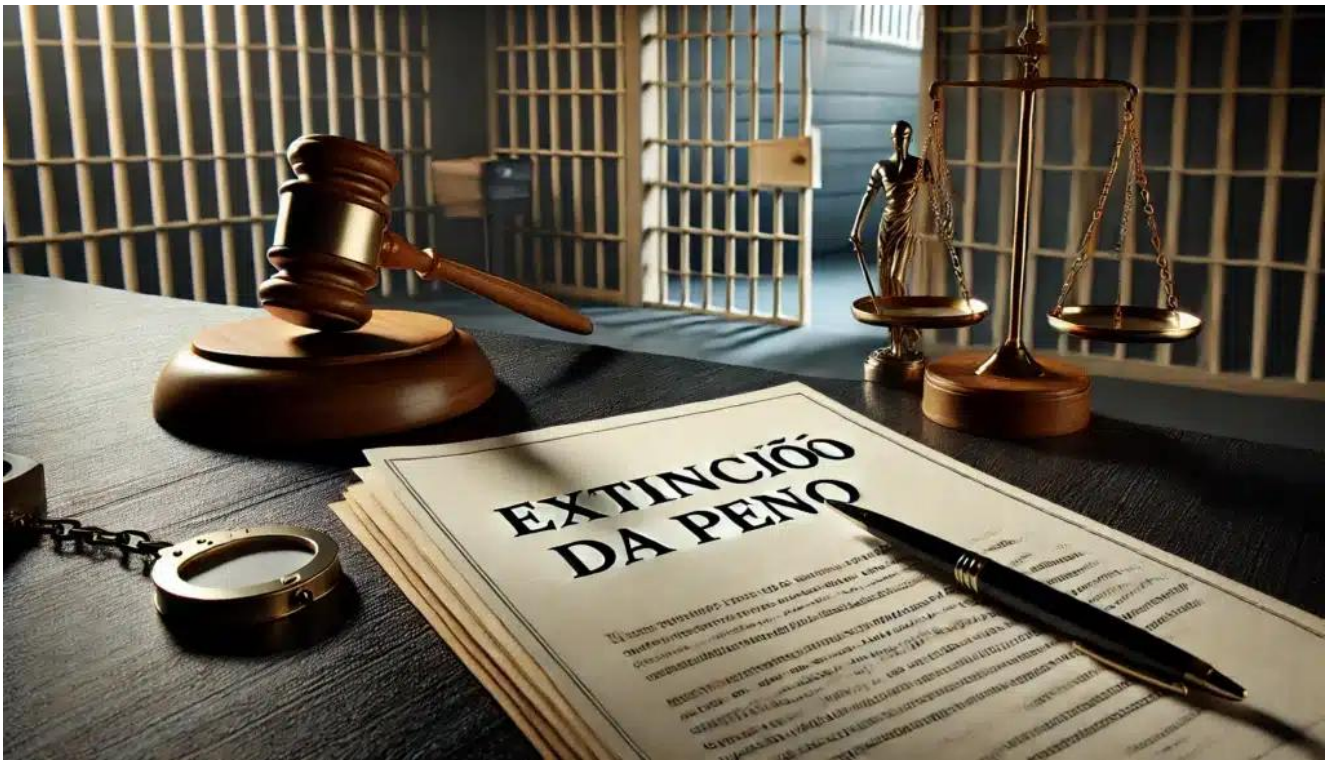
O processo de declaração da extinção da pena é, assim, condicionado. Caso o liberado cometa um novo crime durante o período de livramento, o procedimento é adiado. A intenção é salvaguardar o cumprimento das penalidades dentro do contexto legal apropriado. O artigo, portanto, acrescenta uma camada de segurança, limitando o alcance do livramento condicional e promovendo a ordem pública.

Esta abordagem é frequentemente corroborada pela jurisprudência, que interpreta rigorosamente a aplicação das normas do Código Penal. Ao estabelecer diretrizes claras, os tribunais colocam um foco decisivo sobre a responsabilidade dos condenados em liberdade condicional, reforçando a eficácia do artigo como uma ferramenta do sistema jurídico.

Principais Observações

- O juiz deve esperar o julgamento final para declarar extinta a pena sob livramento.
- Cometer um novo crime em liberdade condicional mantém o processo em aberto.
- A jurisprudência sustenta rigor na aplicação do Artigo 89.

Entendendo o Artigo 89 do Código Penal



O Artigo 89 do Código Penal estabelece critérios para a extinção da pena relacionados ao cumprimento do livramento

condicional. Esta lei determina as condições sob as quais a sentença pode ser considerada extinta e como o juiz deve proceder.

Análise do Texto Legal

O texto de art. 89 especifica que o juiz não pode declarar extinta a pena enquanto houver pendência de julgamento relacionado ao livramento condicional. Isso significa que, se o indivíduo cometeu uma infração durante o período de livramento, a sentença não pode ser extinta antes de um julgamento definitivo. Essa provisão visa garantir responsabilidade contínua do liberado durante esse período crítico, reafirmando as obrigações legais em vigor.

Aplicabilidade do Livramento Condicional

No contexto do livramento condicional, art. 89 exige que o benefício não seja concedido de forma precipitada. O livramento condicional, uma fase da execução da pena, concede liberdade antecipada ao réu sob certas condições. A aplicação dessa provisão envolve não considerar a extinção da pena até a certeza do cumprimento legal de todas as exigências. Essa abordagem protege a sociedade de possíveis reincidências.

Requisitos do Livramento Condicional

Os requisitos para o livramento condicional são específicos e indispensáveis para a extinção da pena. Entre esses requisitos, destacam-se o bom comportamento do preso durante o cumprimento da pena e a ausência de infrações posteriores durante o período de livramento. A adequação a essas normas é imperativa para que o juiz considere a possibilidade de extinguir a pena, mantendo a segurança e a ordem, conforme a lei de execução penal.

O Processo para Declaração de Extinção da Pena



O processo para declaração de extinção da pena envolve etapas críticas onde o juiz desempenha um papel crucial, especialmente ao considerar a sentença e o trânsito em julgado. Este procedimento é regido por normas específicas do Código Penal.

Papel do Juiz na Extinção da Pena

O juiz tem a responsabilidade de decidir sobre a extinção da pena com base na legislação vigente. Antes disso, ele deve verificar se a sentença em questão já transitou em julgado. A presença de uma nova ação penal durante o período de livramento condicional pode alterar a decisão.

O Código Penal Brasileiro, no artigo 89, estipula que o juiz não pode declarar extinta a pena enquanto a sentença não transitar em julgado. Isso garante que todos os recursos legais foram esgotados, e o processo foi devidamente concluído. Essa supervisão assegura que nenhuma pena seja

extinta indevidamente, respeitando tanto o sistema judiciário como o direito do condenado.

Decisão Judicial e Trânsito em Julgado

A decisão judicial sobre a extinção da pena envolve a confirmação de que a sentença atingiu a fase de trânsito em julgado. Isso significa que não há mais possibilidades de apelação. Somente após esta confirmação, pode-se considerar a extinção da pena.

O trânsito em julgado representa a estabilidade da sentença, sendo um requisito indispensável para que o juiz possa avançar na extinção da punição. Esta decisão deve estar alinhada com todas as disposições legais, evitando que a extinção ocorra antes do cumprimento total das condições impostas. A decisão judicial atua como um pilar central para essa determinação, garantindo que os procedimentos legais sejam seguidos rigorosamente.

Os Efeitos de Um Novo Crime Durante o Livramento

Cometer um novo crime durante o período de livramento condicional pode resultar em sérias consequências para o liberado. Esses efeitos geralmente envolvem a revogação do livramento e impactos significativos na execução da pena original.

Revogação do Livramento por Novo Delito

A revogação do livramento acontece quando o liberado comete um novo crime doloso enquanto ainda está sob o benefício de livramento condicional. Neste caso, o juiz é obrigado a revogar o benefício, interrompendo a liberdade do liberado. Como resultado, o tempo em que a pessoa esteve solta não é subtraído da pena original.

A decisão é fundamentada nos artigos 86 e 88 do Código Penal, que determinam que o dano causado à sociedade por um novo crime não permite continuidade do benefício. Esta medida contribui para garantir que o sistema penal seja respeitado e que reincidentes enfrentem as consequências de suas ações.

Impacto na Execução da Pena

O impacto na execução da pena é significativo em casos de revogação do livramento por um novo delito. Primeiro, o tempo que o liberado esteve solto não é descontado da pena total, resultando em um período maior de encarceramento. Além disso, a cometer crimes durante o livramento pode pesar contra o liberado em processos futuros, reduzindo as chances de obter novos benefícios penais.

A reincidência de crimes no período do livramento reflete negativamente na avaliação do comportamento do liberado. Isso pode resultar em maior vigilância e restrições na concessão de futuros benefícios. A proteção da sociedade é priorizada, e o sistema penal procura evitar que reincidentes tirem proveito de brechas legais para permanecerem livres indevidamente.

Jurisprudência e Interpretação dos Tribunais

A interpretação do **Artigo 89 do Código Penal** é fundamental para o entendimento jurídico sobre a extinção da pena. As decisões do **STJ** e a análise de casos relevantes oferecem um panorama claro das implicações práticas desse artigo.

Entendimentos do STJ

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem uma posição consistente quanto ao Artigo 89 do Código Penal, focando na proteção da ordem jurídica e no cumprimento integral das penas. As decisões frequentemente se concentram no fato de que

a pena não pode ser extinta até que a sentença transite em julgado, conforme o Art. 89.

Os julgamentos atualizam a **jurisprudência** na aplicação da Lei de Execução Penal, orientando juízes sobre os limites e critérios a serem considerados em casos de **infração penal** durante o livramento condicional. Esta abordagem visa garantir que as penas cumpram seu papel de ressocialização e prevenção, evitando distorções legais através de interpretações flexíveis.

Análise de Casos Relevantes

Os casos analisados pelos tribunais frequentemente destacam situações onde o liberado comete novas infrações durante o período de livramento, o que impede a extinção da pena. Este princípio reflete a necessidade de que as decisões judiciais sejam rigorosas e baseadas na observação minuciosa dos critérios legais estabelecidos pelo artigo.

Um caso emblemático demonstrou que, mesmo diante de **decisões judiciais** fundamentadas em atenuantes, o Artigo 89 foi aplicado para recalcular o tempo de pena a ser cumprido. Essa prática está calcada na **jurisprudência** do STJ, que prioriza o cumprimento legal e a supervisão contínua daqueles em regime de livramento, assegurando um sistema judicial justo e igualitário.

Aspectos Complementares do Livramento Condicional



O livramento condicional no Código Penal brasileiro aborda aspectos como a reparação do dano e a imputabilidade penal do condenado. Outro ponto crucial é o período de prova, que serve como uma etapa onde o comportamento do liberado é avaliado, influenciando diretamente a extinção ou prorrogação da pena.

Reparação do Dano e Imputabilidade Penal

A reparação do dano é um elemento essencial para a concessão do livramento condicional. O condenado deve demonstrar compromisso em reparar os danos causados pelo delito. Esta medida não só mescla elementos de justiça, mas também de responsabilidade social.

Imputabilidade penal refere-se à capacidade do indivíduo de entender e agir conforme a lei. No contexto do livramento, essa capacidade é avaliada para assegurar que o liberado está apto a seguir normas legais sem reincidir.

Período de Prova e Suas Implicações

O período de prova é uma fase crítica que envolve a observação contínua do liberado. Durante este tempo, qualquer infração

pode resultar na prorrogação automática da pena. Segundo o Código Penal, não se pode declarar extinta a pena até que todas as condições sejam cumpridas.

Este período exige que o liberado siga certas obrigações. A falha em cumpri-las pode levar à revogação do benefício, remetendo o apenado de volta à prisão. Esta fase é essencial para garantir que o indivíduo pode viver em sociedade sem riscos de reincidência.

FAQ

O Artigo 89 do Código Penal aborda a condição de livramento condicional e define que a pena não pode ser extinta até que a sentença seja transitada em julgado. As seguintes perguntas frequentes tratam das implicações e condições que podem afetar este estágio jurídico específico.

Quais são as consequências legais de uma nova condenação para quem está em livramento condicional?

Uma nova condenação durante o período de livramento condicional pode resultar na revogação do benefício. Isso implica que o apenado deve cumprir o restante da pena em regime fechado, negando-se, portanto, a liberdade condicional previamente concedida.

É possível a reconcessão do livramento condicional após sua revogação devido a uma nova condenação?

Após a revogação do livramento condicional por uma nova condenação, o apenado geralmente não pode solicitar a reconcessão imediata do benefício. Ele deve cumprir as condições legais impostas para ser elegível novamente, o que

dependerá das circunstâncias individuais e do comportamento do apenado.

Como a revogação do livramento condicional afeta a progressão de regime do apenado?

A revogação do livramento condicional pode impactar negativamente a progressão de regime do apenado. Ao perder o benefício, o apenado retorna ao regime anterior de cumprimento de pena, o que pode atrasar sua elegibilidade para futuras progressões de regime.

Quais são as condições para a prorrogação do período de livramento condicional?

O período de livramento condicional pode ser prorrogado se houver o cometimento de uma nova infração ou se as condições acordadas não forem cumpridas. A prorrogação é uma forma de garantir que o apenado mantenha comportamento adequado até o término estipulado.

Qual é o impacto de uma nova infração na situação do livramento condicional de um apenado?

Cometer uma nova infração enquanto em livramento condicional pode resultar na revogação imediata do benefício. Esse tipo de conduta é considerado uma grave violação, confirmando a extensão da pena conforme decidido pelo juiz do caso.

Em que circunstâncias a pena pode ser considerada extinta segundo o Código

Penal Brasileiro?

A pena é considerada extinta quando o livramento condicional não é revogado até o final do período de prova. Neste caso, desde que não haja uma acusação pendente ou sentença em processo contra o apenado, a extinção ocorre conforme determinado pelo Código Penal Brasileiro.